

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Alyssa Goergen Antonioli

**MULHERES NA POLÍTICA EM RUANDA: A REPRESENTATIVIDADE
FEMININA SOB PERSPECTIVA INTERSECCIONAL COMO
EVIDÊNCIA DE DESIGUALDADES PARA ALÉM DO GÊNERO**

Santa Maria, RS
2019

Alyssa Goergen Antonioli

**MULHERES NA POLÍTICA EM RUANDA: A REPRESENTATIVIDADE FEMININA
SOB PERSPECTIVA INTERSECCIONAL COMO EVIDÊNCIA DE
DESIGUALDADES PARA ALÉM DO GÊNERO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Relações Internacionais da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como
requisito parcial para a obtenção de grau de
Bacharela em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^ª Nikelen Acosta Witter
Coorientador: Prof. Dr. Igor Castellano da Silva

SANTA MARIA, RS
2019

Alyssa Goergen Antonioli

**MULHERES NA POLÍTICA EM RUANDA: A REPRESENTATIVIDADE FEMININA
SOB PERSPECTIVA INTERSECCIONAL COMO EVIDÊNCIA DE
DESIGUALDADES PARA ALÉM DO GÊNERO**

Monografia de Conclusão de Curso, em formato de artigo científico, apresentado ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharela em Relações Internacionais**

Aprovada em __ de dezembro de 2019:

Nikelen Acosta Witter, Dr^a (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Igor Castellano da Silva, Dr. (UFSM)
(Coorientador)

João Manuel Casquinha Malaia Santos, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS
2019

DEDICATÓRIA

à Marielle Franco, Vereadora, defensora dos Direitos Humanos e das minorias, covardemente assassinada no dia 14 de março de 2018.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente por ter tido o privilégio de ter uma mãe que colocou a minha educação acima de tudo, que batalhou muito pra me dar o que eu precisava pra me desenvolver enquanto um ser humano consciente: uma base extremamente sólida e o valor da empatia. Ter estes valores e a liberdade de escolher minha faculdade, me instigou a buscar entender as desigualdades do mundo e a ter força pra lutar para que todos tenham acesso às mesmas oportunidades que eu tive. Agradeço muito, Vera, por entender que eu preciso alçar voos longos e altos, o que muitas vezes significou distâncias doloridas pra uma mãe de filha única. Praticamente tudo o que tenho e sou hoje ainda devo à ti. Obrigada por me confiar essa liberdade, mesmo sem entender algumas vezes os meus caminhos. Agradeço muito ao meu pai, que entendeu e compartilhou destes valores e também nunca mediu esforços para que eu tivesse a melhor educação possível, muitas vezes abrindo mão de sonhos seus pra manter o pé no chão e garantir o meu futuro. Obrigada por ter me passado o teu dom pra arte e tua admiração, conhecimento e respeito pela natureza. Obrigada por ter sido sempre esse grande amigo com alma de criança. Aos meus avós agradeço por terem criado pais tão dedicados e responsáveis, assim como tios, tias e primos que amo imensamente. À Vó Inês, ao Vô "Mídio" e à tia Lourdes, por não medirem esforços pra reunir toda a família e garantir que todos se sentissem amados. Aos meus primos, que considero meus irmãos, meus primeiros e eternos melhores amigos, sou muito grata de ter tido cada um de vocês na minha vida. Vocês também foram muito importantes pra minha formação pessoal. Aos amigos de Boqueirão do Leão, muito obrigada por todo o amor e por dividirem esse contexto tão específico comigo. Aos amigos da faculdade: minha comadre Bibiana, que além de me dar um afilhadinho lindo, é minha alma-gêmea, que esteve do meu lado em todo esse processo, em cada noite de trabalho em grupo ou de Calle13 com cerveja. Tem um pedacinho de ti em cada página desse trabalho, pode ter certeza. Agradeço também ao Lucas, meu primeiro amigo do curso que vou levar pra vida toda, é absurdo o tanto que aprendi e me diverti contigo, obrigada por ser exatamente quem tu é. Agradeço à Mariana Felix por ser a amiga maravilhosa, forte, inspiradora e de luta que ela é e sempre vai ser, por ter aberto meus olhos em muitos momentos pra vivências diferentes da minha. Agradeço ao Fallon, por todos os ensinamentos e por vir ao nosso resgate em um momento de necessidade, é muito bom saber que tenho o teu apoio incondicional. Ao Dionata, pela Himeros e por ser a representação em pessoa da palavra "inabalável", me inspira a não aceitar nem por um segundo me diminuir pelo que os outros vão pensar. Agradeço à Silvia, pelo amor e companheirismo ao longo destes quase 4 anos que foram intensos demais, o que eu aprendi e cresci contigo não existe faculdade nesse mundo que ensine. Não tenho nem palavras pra agradecer aos meus orientadores. À professora Nikelen A. Witter, obrigada por ter revolucionado minha vida em uma só cadeira, inserindo as mulheres na história em que foram apagadas e ensinando que gênero não é conteúdo de quadro no canto da página, estilo "funfact", mas sim, matéria principal de uma infinidade de livros, pesquisas e vivências. Igualmente revolucionário foi o professor Igor Castellano da Silva, a quem agradeço imensamente por trazer os temas de teorias críticas, pós-colonialismo, decolonialidade e as cadeiras de RI do Oriente Médio e RI da África, que foram onde eu encontrei o propósito que me fez buscar este curso: ver pra além do "tradicional", do eurocêntrico, para conseguir entender as desigualdades do sistema em que estamos inseridos. Obrigada por acolher a mim como coorientanda mesmo com a agenda cheia e por me incentivar a acreditar no meu tema. Quero agradecer também a outros professores que mudaram minha forma de ver o mundo: Lázaro Camillo Recompenza Joseph, Daniela Kuhn, Danielle Jacon Ayres Pinto, Ademar Pozzatti Jr. o carinho e os ensinamentos que me passaram me despertaram o desejo de trilhar o mesmo caminho.

(...) Não serei interrompida! Não aturo o interrompimento dos vereadores desta casa, não aturarei de um cidadão que vem aqui e não sabe ouvir a posição de uma mulher ELEITA!

(Marielle Franco)

(...) libre! No me voy a calar! Y se quieren matarme que me maten! Y como ha dicho otro dia, por ese proceso de cambio, daré mi vida!

(Patrícia Arce)

Matar é o ápice da desigualdade social.

(Judith Butler)

RESUMO

MULHERES NA POLÍTICA EM RUANDA: A REPRESENTATIVIDADE FEMININA SOB PERSPECTIVA INTERSECCIONAL COMO EVIDÊNCIA DE DESIGUALDADES PARA ALÉM DO GÊNERO

AUTORA: Alyssa Goergen Antonioli

ORIENTADORA: Profª Drª Nikelen Acosta Witter

COORIENTADOR: Prof. Dr. Igor Castellano da Silva

Ruanda é um país do continente africano, o único do mundo a ter maioria feminina na sua Câmara de Deputados até o presente ano de 2019. Os ruandeses atingem números significativos de mulheres em todos os níveis de governo, mesmo assim, quando pensamos em feminismo, ou igualdade de gênero, os modelos são geralmente importados da Europa ou Estados Unidos. Ou seja, do ocidente capitalista. A República de Ruanda tem um passado recente que impacta fortemente no que o país é atualmente: o Genocídio de 1994, contra a população Tutsi, que deixou grande parte das instituições, da política e da sociedade em fragmentos que precisaram ser reconstruídos. A Frente Patriótica de Ruanda (FPR), partido político com um braço armado e responsável pelo fim do genocídio, se encarregou desta reconstrução e incluiu as mulheres em todos os níveis de governo. Paul Kagame, Presidente desde 2000 e com mandato previsto até 2024, revida críticas dos países ocidentais sobre perseguição política aos seus opositores, com números altos de desenvolvimento e inclusão feminina na política, instrumentalizando essas pautas para garantir sua permanência no poder. Esta monografia, desenvolvida em formato de artigo científico, utilizará o conceito de Interseccionalidade como ferramenta de análise para o caso, juntamente com a teoria feminista de Relações Internacionais e a compreensão do Sistema Internacional pela lente teórica do Materialismo Histórico. Essas perspectivas podem ser muito agregadoras para a compreensão do contexto e as limitações das políticas de inclusão das mulheres em Ruanda e propõe questionar a quais fins elas estão servindo.

Palavras chave: Ruanda, Interseccionalidade, Feminismo, Materialismo histórico, África, Representatividade política feminina. Relações Internacionais.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FPR	<i>Front Patriotique Rwandais/ Frente Patriótica Ruandesa/ Rwandan Patriotic Front (RPF)</i>
ONU	<i>Organização das Nações Unidas/ United Nations Organization (UN)</i>
UNAMIR	<i>United Nations Assistance Mission for Rwanda/ Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda</i>
UDF	<i>Unified Democratic Forces/ Forças Democráticas Unificadas</i>
MRND	<i>Mouvement républicain national pour la démocratie et le développement/ Movimento Republicano Nacional pela Democracia e Desenvolvimento</i>
RTL	<i>Radio Télévision Libre des Mille Collines/ Radio Televisão Livre das Mil Colinas</i>

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	10
2 MULHERES NA POLÍTICA EM RUANDA: A REPRESENTATIVIDADE FEMININA SOB PERSPECTIVA INTERSECCIONAL COMO EVIDÊNCIA DE DESIGUALDADES PARA ALÉM DO GÊNERO.....	16
2.1 Introdução.....	17
2.2 Materialismo histórico e Feminismo nas Relações Internacionais: fundamentos para a análise interseccional da representatividade política feminina em Ruanda.....	19
2.3 A Terra das Mil Colinas, da colonização até o topo do ranking de inclusão feminina na política.....	25
2.4 Dinâmicas políticas, direitos das mulheres e interseccionalidades na Ruanda contemporânea.....	34
2.5	Conclusões
Finais.....	39
3 CONCLUSÃO.....	42
4 REFERÊNCIAS.....	47

1 APRESENTAÇÃO

A República de Ruanda é um país situado na região dos Grandes Lagos da África Central e faz divisa com Uganda, República Democrática do Congo, Burundi e Tanzânia. Com cerca de 26 mil quilômetros quadrados, quase se iguala em tamanho ao estado brasileiro do Alagoas. Todavia, conta atualmente com cerca de 12 milhões de habitantes, população quatro vezes maior do que a do estado nordestino, o que configura como uma das maiores densidades demográficas do continente africano. Este pequeno país é lar de três etnias: *tutsi*, que são cerca de 15% da população, variando levemente este número conforme o período histórico; *hutu*, a maioria, cerca de 85% da população ruandesa; e *twa*, uma minoria indígena, somando 1% da população, também conhecida como “povo da floresta” e classificada como pigmeus. A história do país é marcada fortemente pelo discurso de divisão étnica, que teve seu ápice durante o Genocídio de Ruanda de 1994, quando extremistas *hutu*, durante 100 dias perseguiram, assassinaram e estupraram *tutsi* e *hutu* moderados (que defendiam *tutsi*) buscando extinguir a etnia *tutsi* do território ruandês.

Quando os massacres finalmente cessaram, as mulheres constituíam entre 60% e 70% da população e o novo governo precisou contar com a sua incorporação nos espaços sociais, estruturais e institucionais, os quais as ruandesas nunca antes haviam ocupado. Ruanda estava em colapso, a demografia, a cultura e a sociedade estavam em um período de mudança intensa e muito rápida, o que abriu oportunidade para que as mulheres protagonizassem o processo de reconstrução do Estado e fizessem mudanças que possibilitaram o que podemos presenciar atualmente. Ruanda é o país com maior porcentagem de mulheres na câmara de deputados (61% depois da eleição de 2018), além da ampla participação das mulheres em todos os níveis de governo (BERRY, 2018).

Apesar de ser um exemplo de sucesso em inclusão feminina tanto na política quanto na sociedade civil, dentro de organizações locais e internacionais, ou no mercado de trabalho quebrando estereótipos de papéis de gênero, Ruanda não é vista como uma referência ou um modelo a ser seguido pelas feministas fora da África. Isso pode ser visto como uma demonstração da hegemonia branca dentro do movimento feminista, o que é um debate importantíssimo, porém extenso, que não cabe nos limites desta monografia, mesmo sendo um dos argumentos que dá suporte à escolha do conceito de interseccionalidade para a análise deste estudo de caso. Este conceito nos propõe pensar nas diferenças dentro da igualdade. O movimento feminista em geral tem defendido a igualdade entre homens e mulheres, a interseccionalidade faz perguntas fundamentais como: igualar a quais homens? Homens

negros? Pobres? Transgêneros? De modo a questionar o imaginário de universalização de homens e mulheres como brancos, de classe média ou alta, cisgêneros, heterossexuais, entre outras intersecções de identidades.

Ruanda está no topo do ranking de inclusão das mulheres na política, devido à maioria feminina de deputadas no parlamento do país. As ruandesas também estão presentes nas mais variadas funções no mercado de trabalho e em diversos âmbitos sociais, todavia, pode-se afirmar que qualquer menina nascida no país pode aspirar ocupar qualquer um destes espaços? Este trabalho buscará responder a indagações deste tipo ao buscar expor diferentes limitações que perpassam a questão de gênero. A hipótese é a de que, apesar de serem um modelo em políticas de inclusão de gênero, fato que deveria ter maior reconhecimento internacional e dentro do movimento feminista, existem ainda outras limitações ao acesso de algumas ruandesas aos cargos políticos devido à sua etnia, região (urbana/rural), classe e principalmente posicionamento político.

O objetivo geral deste trabalho será uma tentativa de apresentar a interseccionalidade como uma ferramenta de análise juntamente com a perspectiva do materialismo histórico e da teoria feminista de RI como uma forma eficiente de entender a realidade de Ruanda, que supera análises únicas de gênero, exigindo a compreensão de outras dinâmicas e estruturas que definem os grupos que se mantêm no poder.

Ao analisarmos o contexto histórico de colonialismo, genocídio e reconstrução do Estado, utilizando lentes de raça, etnia, nação, gênero e classe, podemos entender mais profundamente as complexidades e os limites de um país que à primeira vista seria um modelo perfeito de inclusão de gênero. Portanto, a presente monografia pretende explorar este caso, contextualizando a dinâmica estabelecida na reconstrução institucional do país em uma perspectiva sensível a gênero, raça e classe, bem como outras interseccionalidades de estruturas de opressões, para entender de forma mais completa a inserção das mulheres na política ruandesa e auxiliar na construção do debate acerca da democracia.

Esta monografia, desenvolvida no formato de artigo científico, tem estrutura metodológica de pesquisa exploratória, com abordagem hipotético-dedutiva. O método de procedimento adotado é o estudo de caso, com análise de cunho qualitativo, e influências dos métodos interpretativos dialético, histórico e estruturalista. As fontes são primárias (dados concedidos por sites governamentais) e secundárias (livros, artigos e teses escritas sobre o tema). Importa referir que as fontes de Ruanda no Brasil são muito limitadas, devido ao fato de existir pouca produção acadêmica sobre o país em língua portuguesa, menos ainda sob uma

perspectiva sensível a gênero. O trabalho, portanto, foi desenvolvido graças à possibilidade de utilização de fontes em língua inglesa. O ideal seria que as próprias mulheres ruandesas narrassem e apresentassem ao mundo sua própria história. Porém, isto não tem sido possível graças ao baixíssimo investimento em educação e pesquisa científica, característica de muitos países terceiromundistas e também, à falta de liberdade de expressão presenciada atualmente em Ruanda.

Portanto, as principais fontes utilizadas aqui são de dois estudos de campo de pesquisadoras estadunidenses. A primeira é Jennie E. Burnet, professora e pesquisadora de Antropologia na Universidade da Geórgia (EUA), que produziu artigos importantes para entendermos como as mudanças políticas intensas na história recente do país impactaram nas relações de gênero. “*Gender Balance and the Meanings of Women in Governance in Post-Genocide Rwanda*” publicado na *African Affairs* em 2008 e outros artigos, bem como seu livro “*Genocide Lives in Us: Women, Memory and Silence in Rwanda*” são resultado de uma pesquisa etnográfica conduzida em Ruanda entre 1997 e 2007, incluindo mais de uma centena de entrevistas com lideranças e membras(os) de organizações de mulheres da sociedade civil, como também de pesquisa documental conduzida desde 1996. A segunda pesquisadora que forneceu informações preciosas à temática é Marie E. Berry, professora de Relações Internacionais na Universidade de Denver, EUA. Seu livro “*War, women and power: From Violence to Mobilization in Rwanda and Bosnia-Herzegovina*”, é fruto de pesquisas conduzidas entre 2009 e 2013, nas quais a pesquisadora entrevistou cerca de 40 mulheres parlamentares ou políticas e mais uma centena de entrevistas com associações de mulheres, grupos escolares e cooperativas rurais, parte da sociedade civil ruandesa. Ela trata da guerra, ou melhor, dos períodos de violência extrema que um país passa, como janela para verdadeiras e rápidas revoluções de costumes e políticas. Ela analisa principalmente as mudanças na perspectiva de gênero, que são essenciais no entendimento da reestruturação de Ruanda.

O artigo se dividirá em três seções. Na primeira, será introduzido o aporte teórico-conceitual que será utilizado na abordagem do caso. O interesse pelo tema nasceu dentro do estudo da teoria feminista de Relações Internacionais, que propõe pensar o gênero na construção do internacional. Visa questionar a quem serve e por quem foram construídas as estruturas que formam o que hoje internacionalistas entendem por Sistema Internacional, e como estas estruturas afetam a vida das mulheres, buscando evidenciar as diferenças de gênero veladas por termos supostamente neutros como população, vítimas, soldados, etc.

A perspectiva do materialismo histórico, como teoria base para as Relações Internacionais, também estará presente devido à grande contribuição que o pensamento marxista pode proporcionar à disciplina. Quando entendemos que a luta de classes extrapola o ambiente doméstico dos países, percebemos que a burguesia busca alianças internacionais, bem como gera disputas, conflitos de interesses e tensões entre elites de países. Tais contradições pouco têm a ver com os interesses da totalidade da população, mas a afeta profundamente. Esta perspectiva tem muito a adicionar à análise do caso de Ruanda, pois evidencia os interesses de elites locais e internacionais, quebrando com o discurso racista de que os conflitos africanos são meramente étnicos, querendo conferir-lhes uma noção de disputas tribais, com alto nível de crueldade, sem complexidade política ou esforço intelectual necessário para a sua compreensão, o que está muito longe de ser a realidade ruandesa.

A perspectiva mais marcante na primeira seção do artigo será a dos estudos interseccionais que tratam da importância de considerar gênero, raça e classe, bem como outras variáveis específicas em cada caso, para uma compreensão maior das dinâmicas políticas e sociais. O estudo pretende utilizar esta ferramenta conceitual para aproximar as teorias de gênero e classe, bem como incluir a perspectiva de outras intersecções de opressões importantes para a compreensão deste caso, como raça e etnia, que moldam as relações internacionais não só de Ruanda ou da África, mas de todo o Sistema Internacional.

A segunda seção trará a contextualização histórica de Ruanda, mostrando as raízes coloniais dos conflitos étnicos e a relação de poder que se estabeleceu no país após o genocídio de Ruanda de 1994. Somente a partir dessa explicação é possível compreender como as mulheres conseguiram alcançar o espaço que elas ocupam hoje na política ruandesa, sendo o único país no mundo com maioria feminina no parlamento nacional. Para compreender as origens dos conflitos em Ruanda, é necessário remeter ao período de colonização. Ou seja, as mudanças instauradas pelos colonizadores às dinâmicas sociais do antigo reino *Mwami*, que ocasionaram o acirramento e politização das diferenças entre as etnias ao privilegiar as relações e direitos a *tutsi*, em detrimento de *hutu*. Em sequência, o estudo contextualizará o processo de independência e republicanização do país com a saída dos colonizadores e a mudança de governo.

O primeiro presidente de Ruanda, Gregoire Kayabanda, foi o primeiro *hutu* a chefiar o país, e devido a um sentimento revanchista de classe/etnia, o discurso exclusivista e genocida contra a população *tutsi* ganhou força, proliferando massacres contra a minoria étnica. A seção mostrará como este discurso culminaria no genocídio de Ruanda de 1994. Durante o

conflito, os *hutu* assumiram o papel de perpetradores, principalmente os homens jovens que compunham o exército ruandês e a milícia *Interahamwe*, enquanto os *tutsi*, mulheres *hutu* e também *hutu* moderados que tentaram proteger os *tutsi* foram as vítimas, ou sobreviventes. A seção mostrará como o conflito foi superado, e contextualizará a situação em que o país se encontrava após um período tão intenso e conturbado. Mostrará também a importância e o papel que as mulheres e suas organizações tiveram na reconstrução do Estado, da sociedade e das instituições. Por fim, avaliará a Constituição de 2003 e as mudanças que ela instituiu, além de informações importantes sobre política e eleições deste período pós-genocídio.

A terceira seção trará informações importantes sobre eventos recentes na política ruandesa, tais como as circunstâncias e os resultados das duas últimas eleições no país, que geraram polêmicas e críticas em relação à liberdade de expressão e oposição política no país. Tais críticas foram expostas pelas autoras Jennie E. Burnet e Marie E. Berry em suas pesquisas e também em notícias de diversos informativos, principalmente de fora do país. Dois marcos importantes e também significativos para o trabalho foram as prisões de Victoire Ingabire, que tentou concorrer à presidência do país em 2010, e de Diane Shima Rwigara, que almejou alcançar o mesmo objetivo nas eleições presidenciais de 2017. O estudo buscará analisar brevemente como o trabalho de deputadas têm impactado na vida das mulheres ruandesas em geral e questionar se isso tem sido possível, qual o grau de autonomia das deputadas nas escolhas de suas pautas e como elas costumam se posicionar.

Posteriormente, a seção buscará fazer uma análise do caso utilizando do aporte teórico introduzido na primeira seção: A teoria feminista das relações internacionais, o materialismo histórico como metodologia de análise do internacional (e também do contexto interno de Ruanda), bem como utilizar o conceito de interseccionalidade para unir ambas perspectivas e também ampliá-las com a inclusão de seções sociais relevantes como raça, etnia, região, situação durante o genocídio, etc. Em sequência, apresenta-se, por meio de categorizações relacionadas a interseccionalidades políticas, sociais e econômica, em nível doméstico e internacional, diferentes seções na representatividade feminina na política de Ruanda. Busca-se situar as deputadas nestas categorias para facilitar a compreensão de que as desigualdades na sociedade ruandesa superam apenas a categoria sexo. Finalmente, a partir destas exposições, levanta questões acerca de quem são os maiores beneficiados com a dinâmica instaurada e também questiona se as deputadas estão conseguindo representar os interesses de todas as mulheres da sociedade civil ruandesa, concluindo que não, pois a forma como se deu a reconstrução do país privilegia uma elite étnica que deve manter seu alinhamento ao partido

que lhe concedeu o poder, devido à ameaça de perseguição política e ao caráter autoritário do governo.

2 MULHERES NA POLÍTICA EM RUANDA: A REPRESENTATIVIDADE FEMININA SOB PERSPECTIVA INTERSECCIONAL COMO EVIDÊNCIA DE DESIGUALDADES PARA ALÉM DO GÊNERO

MULHERES NA POLÍTICA EM RUANDA: A REPRESENTATIVIDADE FEMININA SOB PERSPECTIVA INTERSECCIONAL COMO EVIDÊNCIA DE DESIGUALDADES PARA ALÉM DO GÊNERO

WOMEN IN RWANDAN POLITICS: FEMALE REPRESENTATIVITY UNDER INTERSECTIONAL PERSPECTIVE AS EVIDENCE OF INEQUALITIES BEYOND GENDER

RESUMO

Ruanda é um país do continente africano, o único do mundo a ter maioria feminina na sua Câmara de Deputados até o presente ano de 2019. Os ruandeses atingem números significativos de mulheres em todos os níveis de governo, mesmo assim, quando pensamos em feminismo, ou igualdade de gênero, os modelos são geralmente importados da Europa ou Estados Unidos. Ou seja, do ocidente capitalista. A República de Ruanda tem um passado recente que impacta fortemente no que o país é atualmente: o Genocídio de 1994, contra a população Tutsi, que deixou grande parte das instituições, da política e da sociedade em fragmentos que precisaram ser reconstruídos. A Frente Patriótica de Ruanda (FPR), partido político com um braço armado e responsável pelo fim do genocídio, se encarregou desta reconstrução e incluiu as mulheres em todos os níveis de governo. Paul Kagame, Presidente desde 2000 e com mandato previsto até 2024, revida críticas dos países ocidentais sobre perseguição política aos seus opositores, com números altos de desenvolvimento e inclusão feminina na política, instrumentalizando essas pautas para garantir sua permanência no poder. Esta monografia, desenvolvida em formato de artigo científico, utilizará o conceito de Interseccionalidade como ferramenta de análise para o caso, juntamente com a teoria feminista de Relações Internacionais e a compreensão do Sistema Internacional pela lente teórica do Materialismo Histórico. Essas perspectivas podem ser muito agregadoras para a compreensão do contexto e as limitações das políticas de inclusão das mulheres em Ruanda e propõe questionar a quais fins elas estão servindo.

Palavras chave: Ruanda, Interseccionalidade, Feminismo, Materialismo histórico, África, Representatividade política feminina. Relações Internacionais.

ABSTRACT

Rwanda is an african country, the only one in the world with female majority on it's Chamber of Deputies until the present year of 2019. The rwandans reach significant numbers of women in all government levels, even so, when we think about feminism, or gender equality, the role models are generally imported from Europe or the United States of America. Western capitalist countries. The Republic of Rwanda has a recent past that has a strong impact on what the country is nowadays: The 1994's Genocide of Rwanda, that left most of the country's institutions, politics and society shattered in pieces that had to be rebuilt. The Rwandan Patriotic Front (RPF), political party with an armed wing responsible for the end of the genocide, took charge of the rebuilding process and included women in all government levels. Paul Kagame, President since 2000 and in ruling mandate until 2024, answers criticisms from western countries about political persecution on his opponents, with high numbers of development and female political inclusion and gender equality rates in society, instrumentalizing this issues to assure his maintenance in power. This monography developed in the

format of scientific article, will use the concept of Intersectionality as a tool of analysis for this case, along with International Relations Feminist Theory, and the Historical Materialism's theoretical lenses of the International System. This perspective can be very helpful to the comprehension of the context and the limitations of the politics of women's inclusion in Rwanda and propose to question for what are they being used.

Key Words: Rwanda. Intersectionality. Historical Materialism. Africa. Female Political Representation. Feminism. International Relations.

2.1 Introdução

Ruanda é a maior referência utilizada por feministas africanas que falam de inclusão feminina na política dentro do continente. Em 2008 o país, que estabeleceu cotas de gênero de 30% em todos os níveis de governo, elegeu uma maioria feminina no parlamento desbancando a Suécia no primeiro lugar do ranking mundial de representatividade política feminina. Este fato é desconhecido pela sociedade brasileira, que tem índices muito inferiores ao caso ruandês. Analisar o caso do país da África central pode contribuir para o desenvolvimento da inclusão política das brasileiras. Problematizar as interseccionalidades, questionar a efetividade do trabalho das deputadas ruandesas é fundamental para que se construam políticas públicas de gênero que de fato impactem positivamente a vida de todas as mulheres.

Para a compreensão deste trabalho, é fundamental apresentar as teorias e conceitos que serão utilizados posteriormente para a análise, pois refletem a visão de mundo da(o) autora(o), que pode ser muito diferente de outras análises sobre o mesmo tema que utilizem diferentes fontes teórico-conceituais. Utilizando teorias de perspectiva crítica, fora do *mainstream*, tais como o feminismo de análise interseccional e do materialismo histórico aplicado em relações internacionais, este trabalho busca posicionar-se. É um trabalho produzido no sul global, na Universidade Federal de Santa Maria, ameaçada pelos “cortes de gastos” à serviço da expansão do capital. A autora é mulher, branca, bissexual, jovem e filha da classe trabalhadora, instigada a este tema e a este viés crítico pela falta de representatividade feminina na política brasileira, pelo fato de que poucos brasileiros sabem da existência de um país africano com maioria feminina no parlamento, além de ignorarem o continente africano por completo, buscando suas referências no norte global.

O presente trabalho busca expor os excelentes dados ruandeses na igualdade de gênero na política para mudar esta realidade de apagamento dos feitos africanos, mas também questionando a quais pessoas e fins estas políticas têm servido. Analisando pela lente teórica

do materialismo histórico, do feminismo internacionalista e da interseccionalidade, o trabalho aponta para a prevalência de desigualdades que vão além do gênero e assim afetam a vida de muitas mulheres que não fazem parte da classe, etnia, região, posicionamento político, entre outras intersecções privilegiadas no acesso aos cargos políticos alcançados pelas ruandesas.

Conforme coloca Robert Cox, a teoria sempre é escrita para alguém e com algum propósito, por isso é importante nomear para quem as perspectivas utilizadas neste trabalho falam e com qual finalidade. O aporte teórico-conceitual neste trabalho busca teorias que aprofundem questões de gênero, raça e classe na análise das Relações Internacionais, por compreender que as teorias tradicionais, ao ignorarem estas questões, estão universalizando a perspectiva de seus idealizadores (em sua maioria homens, brancos, europeus, de classe alta) enquanto apagam as outras. Assim, o trabalho tem o propósito de expor as interseccionalidades, que trazem múltiplos aspectos de análise em conjunto, o que é muito interessante como forma de unir diversas teorias críticas, para uma análise mais complexa da realidade.

Dentro dessa perspectiva, a Teoria Feminista de Relações Internacionais expõe as diferenças de gênero que são impostas ao Sistema Internacional enquanto a perspectiva do materialismo histórico enquanto narrativa, expõe as articulações de classe no âmbito internacional, que também tem uma grande contribuição para a compreensão geral da dinâmica ruandesa, evitando que a análise caia em simplismos baseados em uma lógica racista de que conflitos étnicos seriam meramente disputas tribais sem complexidade de análise.

O trabalho consiste em uma monografia escrita na forma de artigo científico. Sua metodologia é de pesquisa exploratória com abordagem hipotético-dedutiva. O método de procedimento adotado é o estudo de caso, utilizando análise de cunho qualitativo, e influências dos métodos interpretativos dialético, histórico e estruturalista. As fontes são primárias (dados concedidos por sites governamentais) e secundárias (livros, artigos e teses escritas sobre o tema). O artigo se dividirá em três seções: a primeira trará uma apresentação do aporte teórico e conceitual escolhido para o caso, explorando a importância do feminismo internacionalista, do materialismo histórico e da interseccionalidade, bem como algumas discussões fundamentais do feminismo acerca da representatividade feminina. A segunda seção fará a contextualização histórica dos fenômenos que ocorreram na política e sociedade ruandesa desde a colonização, até o país se tornar o primeiro a ter maioria feminina no parlamento nacional. Finalmente, na terceira seção, abordará fatos que levantam

questionamentos sobre o caráter autoritário do governo e analisará as interseccionalidades que permeiam o acesso das mulheres aos cargos políticos e sua capacidade de agência na política local, concluindo com a análise de qual o papel que as deputadas estão desempenhando e seus impactos na vida das mulheres ruandesas.

2.2 Materialismo histórico e Feminismo nas Relações Internacionais: fundamentos para a análise interseccional da representatividade política feminina em Ruanda

O aporte teórico e conceitual utilizado em um trabalho científico contribui para a compreensão da perspectiva de mundo que ele buscará fortalecer por meio de sua narrativa. Por acreditar que esta perspectiva tem muito a contribuir com a interpretação da dinâmica de poder estabelecida no sistema internacional, o trabalho tratará a contribuição do materialismo histórico às RI, expondo estudos recentes de Paulo G. Fagundes Visentini, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Para expandir ainda mais a capacidade de análise e as fronteiras de pensamento, apresentará contribuições de estudos de gênero, incluindo debates sobre representatividade política sem esquecer da perspectiva de classe, com obras de Silvia Federici, J. Ann Tickner, Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel. Por fim, introduzirá o conceito de interseccionalidade alcunhado por Kimberlé Crenshaw, desenvolvido na perspectiva de Patricia Hill Collins e outros teóricos, buscando apontar a indissociabilidade das análises de gênero, raça/etnia, classe e outras estruturas, que ao serem analisadas em conjunto, de maneira transversal, permitirão compreender de forma mais completa e profunda a complexidade das dinâmicas enfrentadas pelo país africano.

Paulo Visentini, em seu artigo intitulado "Para uma Concepção Marxista das Relações Internacionais: a Contribuição do Materialismo Histórico", publicado em 2019, questiona a falsa dualidade de teorias apresentada no campo das RI: Realismo x Liberalismo. Ele aponta que a perspectiva histórica é excluída da maioria das análises, comumente baseadas na Ciência Política (VISENTINI, 2019). Para o professor, o materialismo histórico pode ser muito enriquecedor para trazer uma perspectiva marxista às análises de RI, citando Eric Hobsbawn e Fred Halliday, autores consagrados da área, como exemplos disto. Para trazer uma definição concisa a este termo tão explorado pelos marxistas, Sabrina Fernandes, Doutora em sociologia e pesquisadora da Universidade de Brasília, resume:

Materialismo histórico é o método de compreensão e ação sobre a realidade, que enxerga a existência dos seres humanos

dentro de um contexto histórico e de acordo com as relações materiais da sociedade humana. (FERNANDES, 2019).

Segundo Visentini, o conceito abre espaço para trazer a perspectiva de economia e dominação no Sistema Internacional, com enfoque para os processos de evolução, transformação e ruptura. Ele problematiza o fato de que muitos teóricos das RI nem sequer abordam o capitalismo, maior causador dos conflitos e conexões do sistema mundial. O materialismo histórico na área expõe que a luta de classes extrapola o ambiente doméstico, a burguesia se articula internacionalmente gerando disputas, conflitos e tensões entre elites, que pouco têm a ver com os interesses da população, evidenciando os interesses de elites locais e internacionais. Assim, a luta de classes conecta o Estado ao sistema mundial, concedendo ao marxismo um caráter de transcendência para a análise internacional.

Silvia Federici, filósofa e grande ativista do feminismo marxista, compartilha do materialismo histórico enquanto modo de interpretar o mundo e em seu livro "O Calibã e a Bruxa". Na obra, busca expor como o capitalismo utilizou da acumulação primitiva, primeiramente centralizando os recursos na Europa e depois expandindo esta necessidade de acumulação para a exploração do trabalho e da sexualidade das mulheres e por meio também da colonização e da escravidão. A pesquisadora inicia argumentando que as sociedades pré-capitalistas também dividiam os trabalhos por gênero, mas de forma muito menos rígida e sem desvalorizar o trabalho feminino. Por ter uma colonização tardia e menos duradoura que a das Américas, no continente africano resistem muitas características destas sociedades pré-capitalistas. Sua análise interseccionada de colonização, opressão de gênero e de classe em seu livro, mostra como estas opressões não só serviram ao desenvolvimento do capitalismo, mas também como a manutenção destas opressões é fundamental para a continuidade do sistema capitalista.

O capitalismo tem crises cíclicas, e a responsabilidade de acabar com estas crises fica sob os trabalhadores mais precarizados das colônias que são em sua maioria, mulheres. O homem colonizado sofre com a exploração capitalista global, mas o seu trabalho, mesmo muitas vezes sendo informal, é perceptível pelo retorno do salário, mesmo que baixo. A mulher colonizada sofre as mesmas opressões capitalistas coloniais que os homens no mercado de trabalho, mas a elas é somada uma carga extra de trabalho, provinda de uma exploração específica baseada no gênero, que vê a mulher não como indivíduo, mas como parte da esfera privada: do lar, a que provê além do trabalho doméstico gratuito, o conforto e o cuidado dos outros membros da família.

Entender este debate, mesmo que com enfoque ocidental, se torna interessante para analisar o caso ruandês, visto que a colonização trouxe muito da cultura europeia para o continente africano. Na política, pela estrutura de Estado moderno exportado dos países europeus e para a sociedade, por meio das missões catequizadoras. Estas mesmas foram também, em muitos países, responsáveis pela educação básica durante o período colonial, moldando de acordo com a moral europeia, os costumes e o cotidiano africano.

A Teoria Feminista em Relações Internacionais surge de modo a revolucionar a produção do conhecimento na área. J. Ann Tickner, no seu famoso texto *“You Just Don’t Understand. - Troubled Engagements between Feminists and IR Theorists”* (1997) explica que a abordagem feminista é estranha aos teóricos clássicos de RI devido a diferenças epistemológicas, ontológicas e a ideias divergentes sobre o que é gênero. Ela aponta que, para as feministas, gênero é algo que permeia todas as relações:

Estudos feministas nas RI focam nos indivíduos em seu contexto social, político e econômico ao invés de unidades estatais descontextualizadas e estruturas internacionais anárquicas. Elas investigam como os conflitos militares e o comportamento dos Estados no Sistema Internacional são construídos por meio de/ou imersos em relações desiguais de gênero e como isso afeta a vida dos indivíduos, particularmente as mulheres. (TICKNER, 1997)

Enquanto teorias tradicionais das RI tratam o Sistema Internacional como neutro, elas afirmam que a categoria de gênero (entre outras categorias também marginalizadas, tais como colonialidade, raça, classe, sexualidade, etc) permeia todos os âmbitos da experiência humana e, portanto, não pode ser separada da análise da política internacional. Já, a Teoria Feminista das RI propõe pensar o gênero na construção do internacional, questionar a quem servem e por quem foram construídas as estruturas que formam o Sistema Internacional e entender como estas estruturas afetam a vida das mulheres, evidenciando diferenças de gênero.

A academia, lugar da produção de conhecimento, assim como outros âmbitos de grande importância na sociedade, tem sido ocupados geralmente por homens, principalmente os espaços de tomada de decisão. Desta forma, o interesse desta elite masculina e ocidental tem prevalecido na construção das estruturas nacionais e internacionais. Silvia Federici questiona a ideia de que os interesses das mulheres tenham sido simplesmente ignorados, apontando que na verdade a opressão das mulheres é um pilar fundamental para a manutenção deste sistema, patriarcal e capitalista. Ainda em "O Calibã e a Bruxa", ela mostra como foi feita a retirada das mulheres da esfera pública, por meio da "Caça às Bruxas". A santa inquisição da Igreja Católica, buscando a manutenção do poder no processo de expansão e

consolidação do capitalismo, perseguiu e aterrorizou durante séculos as mulheres que não se curvassem ao domínio deste novo sistema, garantindo que elas permanecessem em casa para cuidar da família de forma não remunerada, tendo sua mão-de-obra, bem como sua capacidade reprodutiva e sua sexualidade, controladas pela Igreja e pelo Estado. Desta forma as mulheres foram retiradas completamente da esfera pública no mundo ocidental (FEDERICI, 2004).

Se há algo que identifica um pensamento como feminista é a reflexão crítica sobre a dualidade entre a esfera pública e a esfera privada. (BIROLI, 2014)

Como afirma Flávia Biroli, um dos grandes debates do feminismo, iniciado pela filósofa britânica Carole Pateman é a questão de gênero perante a divisão público x privado. Pateman demonstra como a área pública foi definida como espaço masculino e assim, foi valorizada, enquanto a esfera privada, e todo o trabalho que ela envolve para sua manutenção, foi relegada e condicionada à mulher; e por isso, desvalorizada. Este debate revolucionou o pensamento feminista e contribuiu muito para a construção da argumentação em relação à representatividade feminina na política. Assim, no sistema capitalista, a mulher foi posta na esfera do privado, doméstico, lugar onde o Estado não deveria interferir. Entretanto, a esfera doméstica é justamente onde a maioria dos abusos tomam forma. Enquanto o Estado encara o pai de família como protetor do lar, crianças e mulheres ficam à sua mercê. Relega-se à mulher o serviço doméstico e de reprodução social, é produzida uma desvalorização desse serviço. As mulheres são sobrecarregadas com o trabalho não remunerado da esfera da casa e a criação dos filhos enquanto tem à elas imposto o discurso patriarcal de que esta é a sua função “natural”(BIROLI, 2014).

Todavia, em momentos de crise do sistema capitalista, o discurso se molda conforme as novas necessidades. Durante a Segunda Guerra Mundial, nos EUA, as mulheres foram convocadas ao trabalho das fábricas, ou seja, a ocuparem a esfera pública, trabalhando fora de suas casas pelo bem da nação. O slogan “We can do it” é bradado até hoje pelas feministas liberais, entretanto a mulher não foi liberta do serviço doméstico, mas sim, passou a assumir uma dupla jornada. Posteriormente, teóricas do Feminismo Negro como bell hooks, aprofundaram esta análise ao apontar as especificidades das mulheres pobres e negras que, em muitos países, sempre precisaram deixar a esfera privada para trabalhar e sustentar suas famílias. Estas, muitas vezes, estiveram trabalhando como empregadas domésticas e babás

para as mulheres brancas e ricas que utilizaram também da exploração da subvalorização do trabalho prestado por elas.

Na obra *Feminismo e Política* (2014), Luís Felipe Miguel e Flávia Biroli descrevem o histórico de luta por representação política feminina. A principal pauta do feminismo ocidental no final do século XIX e início do XX foi o direito ao voto feminino. O argumento de que a mulher seria capaz de (e, portanto, deveria) falar por si só, e não apenas ser representada pelo marido ou pai, prosperou e o sufrágio universal foi concedido. Entretanto, logo foi constatado que a tomada de decisão continuou sendo monopólio da elite masculina (MIGUEL, 2014). As mulheres são poucas na esfera política ainda hoje. Dados de 2013, da União Inter-Parlamentar apontam que as mulheres ocupam no mundo, em média, 21,3% das cadeiras nos parlamentos nacionais. Elas representam mais de um terço das vagas em apenas 26 dos 187 países que forneceram dados.

O único país em que as mulheres são mais numerosas do que os homens no parlamento é Ruanda, o que é efeito tanto de uma lei de reserva de vagas quanto do esvaziamento da elite política masculina após o genocídio de 1994 e os julgamentos que se seguiram a ele. (MIGUEL, 2014)

O Brasil está em uma posição baixíssima no ranking, atrás de 154 países, com 9% de mulheres na Câmara dos Deputados. Há um crescimento na participação política feminina ao longo dos anos, desde que os dados têm sido recolhidos em 1997, todavia ela ainda é muito baixa, representando meio ponto percentual ao ano. A partir destas estatísticas, é evidente que as barreiras para o ingresso da mulher na política não se esgotaram com o direito ao voto. É impossível conseguir os contatos necessários para se lançar em uma carreira política estando enclausurada na esfera doméstica. As mulheres que acessam o mercado de trabalho se veem em uma “dupla jornada de trabalho” que acaba com o tempo e ânimo para o envolvimento político. A pouca representatividade e a constituição masculina do Estado são naturalizados e a sociedade define a política como performance masculina. (BIROLI E MIGUEL, 2015).

Pesquisadoras negras iniciaram outra problematização que enriquece profundamente a análise feminista, de que se o gênero não for analisado juntamente de outras estruturas de opressão, principalmente de raça e classe, muitas mulheres estarão sendo esquecidas na análise, o que esvazia o escopo do movimento feminista como um todo. O Feminismo Negro foi o berço dos estudos de opressões de gênero interseccionadas com outras estruturas de opressões. O termo interseccionalidade foi cunhado por Kimberlé Crenshaw, quando ela apresentou o caso em que mulheres negras processaram a empresa General Motors por

discriminá-las na contratação de funcionários. A empresa contratava mulheres e pessoas negras, entretanto, apenas homens negros para o serviço braçal e mulheres brancas para o posto de secretária. Com este caso ela ilustra como as opressões não são acumulativas, mas transversais, interconectadas e indissociáveis. Patricia Hill Collins, em seu artigo *Intersectionality's Definitional Dilemmas*, argumenta que existem várias definições de diferentes pesquisadores sobre o que é Interseccionalidade. Entretanto, ela sustenta que há um consenso geral permeando-as, a saber:

O termo interseccionalidade se refere ao discernimento crítico de que raça, classe, gênero, sexualidade, etnicidade, nação, habilidade e idade operam não como entidades unitárias, mutuamente exclusivas, mas como fenômeno construído reciprocamente que por sua vez, molda desigualdades sociais complexas. (COLLINS, 2015)

A interseccionalidade fornecerá ao trabalho a ferramenta necessária para expor o caso da inserção das mulheres na política em Ruanda unindo o entendimento destas teorias, que refletirão na problematização acerca das desigualdades que permanecem no país mesmo sendo referência mundial em igualdade de gênero.

2.3 A Terra das Mil Colinas, da colonização até o topo do ranking de inclusão feminina na política

Esta seção aborda o contexto histórico, social e político que moldou Ruanda no que ela é hoje. A história do colonialismo belga implantado no país explica o acirramento das diferenças étnicas que levaram à guerra civil e ao genocídio. Os 100 dias tenebrosos de 1994 em que cerca de 1 milhão de pessoas foram mortas é um marco forte na política, sociedade e identidade dos ruandeses. A forma como isso foi resolvido se perpetua nas estruturas do país até hoje, concretizados na força política da Frente Patriótica de Ruanda. A Constituição de 2003 mudou completamente a perspectiva sobre as mulheres no país. A nova lei de heranças as transformou pela primeira vez em proprietárias, e foram instauradas cotas de 30% para mulheres em todos os níveis de governo, numa forte campanha para a participação política das mulheres. Todos estes eventos a partir da perspectiva do materialismo histórico, são fundamentais para entender a complexidade atual da política ruandesa.

Durante o período Pré-colonial existiu o Reino *Mwami*, majoritariamente composto de *tutsi*, entretanto nunca houve antes uma segregação e disputa violenta estrutural entre etnias. A divisão era baseada principalmente nas ocupações sociais, os *tutsi* normalmente possuíam vacas e atuavam como pastores, enquanto os *hutu* trabalhavam no campo em sistemas agrícolas, já havendo uma hierarquia entre estas posições que privilegiava os *tutsi*. As

diferenças entre as etnias foram exploradas e incentivadas estrategicamente pelos conquistadores europeus, conforme descrito por Awino Okech no artigo *Gender and state-building conversations: the discursive production of gender identity in Kenya and Rwanda*:

A história de Ruanda é emoldurada como uma luta de classes entre comunidades Hutu e Tutsi, com dominação econômica dos Tutsis moldada pela posse de gado, que era vista como medida de riqueza, em oposição à comunidade agrícola Hutu. Entretanto, estas diferenças de classe eram mantidas por sistemas de mobilidade política e social nos quais o acesso ao capital era adquirido por práticas como Ubhake – o processo de adquirir gado – ou casamento com uma mulher Tutsi de uma família aristocrata rica, entre outras. A experiência colonial alterou a relação entre gênero, identidade social e mobilidade social, produzindo uma em que a ligação entre gênero e a produção de limites étnicos ficaram mais pronunciados. A conversão da distinção de classe em distinção étnica resultou em tensões de supremacia de poder, as quais cristalizaram em mais de uma ocasião, em políticas violentas do “outro”. (OKECH, 2019)

A Alemanha iniciou a colonização após a Conferência de Berlim (1884-1885), quando foram estabelecidos os princípios para a partilha do continente africano para o desfrute dos exploradores europeus. Após a 1ª Guerra Mundial, suas colônias na África foram concedidas para a Bélgica como uma das medidas punitivistas aplicadas à Alemanha no pós-guerra. Os colonizadores belgas cooptaram as diferenças étnicas entre *tutsi* e *hutu* para privilegiar a minoria *tutsi*, em detrimento dos *hutu*, alegando haver diferenças físicas e de aptidão. Os *tutsi*, segundo estudos intensos e invasivos promovidos pelos colonizadores, eram mais altos, tinham traços mais finos e pele menos retinta, o que os aproximava da “raça europeia” justificando o seu privilégio. Foi desenvolvida também uma teoria de que os *tutsi* teriam ascendência hamítica (caucasiana) e que teriam migrado para o centro da África, o que também foi utilizado para fomentar o ódio em uma lógica xenofóbica utilizada pelos perpetradores do genocídio. Os *hutu* foram classificados como os “verdadeiros negros africanos” o que justificaria a exploração intensiva de seu trabalho e seus corpos, assim como o questionamento da sua humanidade (BERRY, 2018).

Discursos racistas como estes também foram proliferados pelos colonizadores europeus nas Américas, perpetuando e moldando as estruturas institucionais de suas colônias gerando uma estrutura estatal racista que perdura na instituição dos Estados modernos, tanto colonizadores quanto ex-colônias até a atualidade. O governo colonizador belga exigiu a obrigatoriedade da etnia nos documentos dos cidadãos ruandeses, privilegiando os *tutsi* em muitos âmbitos sociais, inclusive na educação. Os colonizadores europeus brancos eram

superiores aos *tutsi*, e os *hutus* foram considerados inferiores a todos, sendo relegado a eles o trabalho mais pesado.

A década de 1960 foi palco de muitas independências no continente africano, e neste contexto de independências negociadas, os próprios colonizadores iniciaram o processo de retirada de seu domínio sobre Ruanda. O Reino da Bélgica, mesmo sendo uma monarquia, retirou o poder dos *Mwami* ruandeses estabelecendo a República de Ruanda e promovendo a primeira eleição do país, a qual elegeu Grégoire Kayibanda, da etnia *hutu*, em 1962. Devido ao maior acesso de *tutsi* à educação durante a colonização, uma elite intelectual e crítica começou a se formar, o que fez com que o governo belga passasse a vê-los como uma ameaça ao seu domínio. Após a Segunda Guerra Mundial, os *tutsi* começaram a ser preteridos pelos colonizadores, o que explica a passagem de poder aos *hutu* no pós-independência, criando um governo de perfil neocolonial, protegido pela Bélgica e França. (DA SILVA, 2012)

O regime inverteu a lógica dos privilégios sociais, querendo libertar a maioria *hutu* da exploração intensa e acabou transformando os *tutsi* em alvos. Passou a fomentar a ideologia de perseguição e extermínio da minoria social, permitindo que massacres localizados acontecessem, o que gerou um êxodo de grande parte da população *tutsi* ruandesa para os países vizinhos, principalmente Uganda, Burundi e Congo-Kinshasa. Os *hutu* movidos pelo sentimento de injustiça, acumulado nos anos de exploração colonial, discursaram em favor do “povo majoritário”. A teoria de que os *tutsi* teriam migrado para Ruanda quando os *hutu* já estavam ali estabelecidos, criou uma ideia de que eles eram estrangeiros e que não deveriam continuar ali, assim a ideologia genocida se proliferou nestes anos de transição.

Em 1973, Juvénal Habyarimana do partido político Poder *Hutu*, tomou o poder do país em um golpe militar “pacífico”, sem derramamento de sangue, sendo apoiado por muitos segmentos políticos ruandeses que queriam uma mudança na estrutura do governo, que se tornou uma ditadura, com o fim das eleições. Ele era visto como menos radical em relação aos *tutsi*, mas no sul de Uganda se formou um grande campo de refugiados *tutsi* ruandeses que almejavam voltar para o seu país. Habyarimana tinha a preocupação constante de que estes jovens cada vez mais numerosos em sua fronteira, ameaçassem o seu poder. Os ruandeses refugiados em Uganda lutaram no exército de Yoweri Museveni, que assumiu o poder em Kampala em 1986, e a partir disso se organizaram com apoio do governo vizinho. Foi fundado um partido político com braço armado, a *Front Patriotique Rwandais*, em português, Frente Patriótica de Ruanda (FPR), por Paul Kagame e Fred Gisa Rwigyema, dois jovens refugiados. Em 1990, a FPR atacou o território ruandês, o que culminou na Guerra Civil de

Ruanda. A Organização das Nações Unidas (ONU) enviou a Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda (UNAMIR, sigla do inglês: *United Nations Assistance Mission for Rwanda*) para mediar o conflito buscando conciliar as demandas da FPR por meio de representatividade política no governo ruandês.

O presidente Juvénal Habyarimana participou ativamente das negociações com a FPR mediadas pela ONU, o que não agradou à parcela *hutu* extremista do governo ruandês. Os acordos foram impopulares não só para os extremistas que incentivavam ativamente o discurso genocida, mas também por uma grande parcela da população, segundo Marie Berry, por cinco motivos principais: Primeiro, porque excluíram completamente partidos *hutu* radicais do poder e privaram o MRND (*Mouvement républicain national pour la démocratie et le développement*, partido de Habyarimana) do seu controle sobre o gabinete. Segundo, pelo fato de que os acordos prometiam desmobilizar vinte mil soldados *hutu*, o que gerou medo da ocorrência de desemprego em massa. Terceiro, porque os acordos permitiram a volta de centenas de milhares de *tutsi* do exílio, gerando medo de instabilidade política e tomadas de terras. Quarto, porque alguns segmentos mais extremistas do governo recusaram a participar nos acordos de compartilhamento do poder com a FPR. E finalmente, muitos temiam o fato de que os acordos garantiriam à FPR a permissão para colocar seiscentas tropas na capital ruandesa, Kigali.

Quando Habyarimana e o Presidente de Burundi, Cyprien Ntaryamira, voltavam de um bem sucedido acordo de paz com a FPR na Tanzânia, que encerraria a guerra civil ruandesa e concederia direitos e representação política à população *tutsi*, o avião em que estavam foi abatido, nas proximidades da capital ruandesa, Kigali. Investigações feitas por organizações francesas foram inconclusivas ao tentar identificar os responsáveis pelo ataque.

Na mesma noite em que o avião do Presidente foi abatido, 6 de abril de 1994, iniciou o infame Genocídio de Ruanda contra a população *tutsi*. Os ataques começaram em Kigali, se espalhando rapidamente para várias regiões do país. A *Radio Télévision Libre des Mille Collines* (RTL) teve um papel central ao incitar o ódio contra a população *tutsi* e servir como comunicação entre os genocidas. Tanto o exército ruandês quanto a milícia *Interahamwe* utilizaram os documentos de cidadania ruandesa para identificar *tutsi* e exterminá-los, mas também foram assassinados muitos *hutu* moderados e *hutu* que defenderam ou tentaram proteger compatriotas *tutsi*. O genocídio se deu de forma intensa e cruel durante cerca de 100 dias e estimativas indicam que entre 800 mil e 1 milhão de pessoas foram mortas. Os homens eram geralmente torturados e mortos, mas as mulheres eram muitas

vezes estupradas, pois os violadores acreditavam que isso as infectaria com o vírus da AIDS, o que seria o mesmo que uma sentença de morte a longo prazo, marcada pela degradação da vida e marginalização social. Tanto a milícia *Interahamwe* quanto o exército ruandês comandado pelo Poder *Hutu* utilizaram do estupro como uma arma de guerra, e neste caso também, como uma ferramenta de genocídio e apagamento étnico.

A imagem das mulheres ruandesas foi associada à credibilidade após o genocídio pelo fato de poucas mulheres terem participado efetivamente dos crimes, e por serem vistas como "menos-étnicas" devido ao caráter patrilinear das etnias, o que facilitou o discurso de união nacional. Conforme aponta a pesquisadora Awino Okech:

A manipulação da “cultura” é evidente durante momentos de “pânico moral”, ou crises, particularmente quando os limites da comunidade são desafiados. Quando uma comunidade encara uma ameaça “externa” a solidariedade interna é propagada. Esta solidariedade interna é negociada e solidificada pelos corpos e pela sexualidade das mulheres, levando à vigilância aumentada da reprodução, casamento, nascimento, sexo e sexualidade. Corpos das mulheres e seu controle são chave para a manutenção dos limites da etno-nação ou do Estado. (OKECH, 2019)

Quando o genocídio acabou no início de julho de 1994, com a ofensiva do exército da FPR pelo norte do país, 70% da população ruandesa era constituída por mulheres, pois muitos dos *hutu* envolvidos no genocídio fugiram do país com medo de uma vingança *tutsi* e dos julgamentos dos crimes de guerra.

O genocídio de Ruanda passou a representar uma grande vergonha para a comunidade internacional, que foi omissa e não interferiu de forma a proteger a população africana vulnerável, mesmo sendo obrigada por tratados internacionais firmados após a Segunda Guerra Mundial que instituíram a responsabilidade de intervenção em casos de genocídio. Durante cerca de 100 dias, entre 800 mil e 1 milhão de mulheres, crianças e homens ruandeses foram mortos. O genocídio só teve fim graças à RPF que combateu o exército ruandês e a milícia *Interahamwe*, retomando o governo do país e instaurando um período de transição,.

No ambiente externo, a violência teve seguimento – agora direcionada sobretudo a *hutu* refugiados em territórios vizinhos, como o Zaire (posteriormente denominado, República Democrática do Congo). A postura externa violenta da RPF foi responsável pelo estopim da Primeira e Segunda Guerras do Congo, além de várias incursões posteriores no país vizinho, motivadas pelo revanchismo. Apesar da política regional de agressão contra países vizinhos e grupos *hutu* além fronteira, o novo governo de Ruanda passou a receber o

constante apoio político e econômico de potências ocidentais, sobretudo os EUA, que já apoiava a RPF antes mesmo de sua ascensão ao poder. O apoio é legitimado pela visão de que as potências Ocidentais têm parte da culpa pelos resultados do genocídio, dada a omissão mencionada acima (DA SILVA, 2012).

No ambiente político doméstico, houve esvaziamento das forças políticas *hutu* mais relevantes e a reconfiguração do regime. O primeiro Presidente de Ruanda escolhido pela FPR após o genocídio foi *hutu*, a saber: Pasteur Bizimungu, tendo Paul Kagame líder do braço armado do partido como seu vice-presidente. Entretanto, Marie Berry, assim como outros pesquisadores da política ruandesa, apontam que Pasteur seria meramente um fantoche, enquanto quem realmente agiu como chefe de Estado foi Kagame. Ao contrário da postura externa revanchista, a FPR instaurou domesticamente um governo provisório para reconstrução da instituição estatal de Ruanda, colocando um fim na ideologia genocida. Houve a criminalização e proibição de discursos que evidenciem as diferenças entre as etnias, criando e incentivando um discurso nacionalista de unidade focado na restauração da instituição estatal no país.

Nas questões de gênero, a FPR se preocupou em incluir as mulheres nos processos de tomada de decisão dentro do partido e também em outras esferas, inclusive tendo mulheres-soldado em seu exército (BURNET, 2008). Neste sentido, Durante os 9 anos de governo de transição (1994-2003) o governo de Ruanda principalmente por meio do recém-criado Ministério de Gênero, trabalhou com as líderes da sociedade civil para encontrar maneiras de incluir as mulheres na política (BERRY, 2018, p.97).

Em 1993 houve uma mobilização de mulheres de elite ruandesas pela paz, ou seja, havia mobilização de mulheres na sociedade civil já em um período anterior ao genocídio. Entretanto, após este período conturbado e intenso, as ruandesas tiveram de se reinventar totalmente. Em 1995, 70% da população era feminina, muitos homens fugiram do país com medo de represálias, muitos foram presos, havia muitas crianças órfãs e famílias deslocadas de sua região anterior ao conflito. As mulheres se viram na posição de chefia em muitas famílias, com muitos indivíduos dependendo delas para sobreviver. Marie Berry traz dados de que existiam cerca de setecentos e setenta mil órfãos abaixo dos quinze anos, cada casa tendo, em média, seis ou sete jovens dependentes. Assim, em busca de comida, água, terras e oportunidades, formaram associações com outras mulheres e com organizações de ajuda humanitária. Isso fez com que a mobilização das mulheres na sociedade civil ruandesa crescesse exponencialmente, projetando as ruandesas na esfera pública (BERRY, 2018).

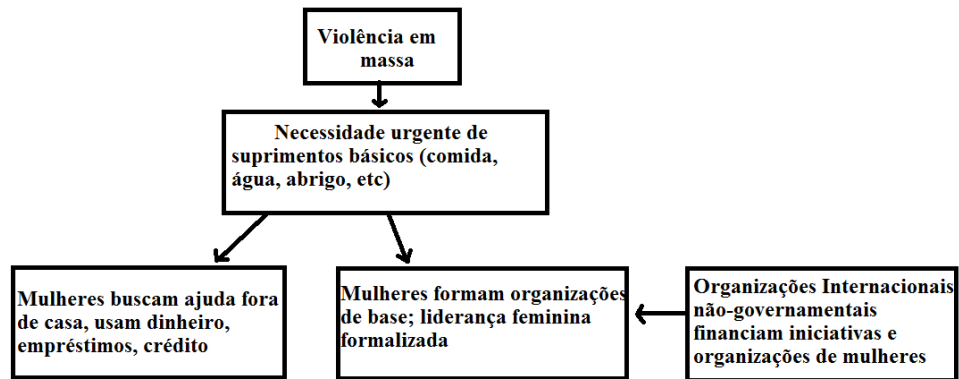


Figura 3.2 Mudanças econômicas após a violência em massa em Ruanda

O esquema acima idealizado por Marie E. Berry em seu livro “*War, Women and Power*” e exposto aqui traduzido para o português, ilustra como o processo de violência que o país experienciou, se desenvolveu em novas dinâmicas que abriram espaço para a participação das mulheres. Neste, em específico, ela mostra o impacto nas mudanças econômicas. A violência em massa gerou a necessidade urgente de suprimentos básicos (comida, água, abrigo, etc). Isto fez com que muitas mulheres buscassem ajuda fora de casa passando a utilizar dinheiro, empréstimos, crédito. A necessidade também fez com que as mulheres formassem organizações de base, formalizando lideranças femininas. As Organizações Internacionais, ao adentrarem este contexto após o genocídio, financiaram as iniciativas e organizações de mulheres.

Desta forma, as ruandesas durante o período de reconstrução, mudaram muito sua percepção enquanto cidadãs e se mobilizaram também para pressionar o governo transitório a fazer mudanças estruturais em favor dos direitos das mulheres. Neste período, muitas mulheres e homens *tutsi* voltaram ao país almejando retornar para suas propriedades que haviam sido ocupadas após sua saída. Estes *tutsi* que regressaram acabaram formando a nova elite do país, ocupando o vácuo deixado pela elite *hutu* extremista, muitos eram vindos de países anglófonos, com governos apoiados pelos EUA, que haviam lhes concedido refúgio, o que fez com que o novo governo mudasse a língua oficial do país, do Francês para o Inglês (também pelo apoio da França aos *hutu* durante o genocídio, como na Operação Turquesa, na qual o país enviou meios de transporte para que membros da elite *hutu* ruandesa responsável pelo genocídio pudessem sair do país, quando percebeu que seriam derrotados pelo exército da FPR). Assim, muitas mulheres *tutsi* formaram também organizações desta elite regressa, pautando principalmente o direito à herança e à propriedade, até então exclusividade masculina no país.

Além da participação política, as mulheres quebraram muitas outras barreiras após o conflito, ocupando muitos espaços antes exclusivos para homens como a construção civil, por exemplo, e assim, foram ganhando muita credibilidade da sociedade a qual estavam reconstruindo. Como esquematiza Marie E. Berry:

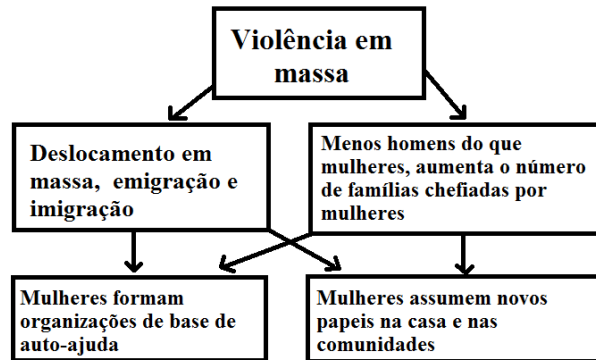


Figura 3.1 Mudanças demográficas após a violência em massa em Ruanda

Nesse outro esquema ela apresenta o impacto da violência em massa nas mudanças demográficas que ocorreram no país após o conflito. Quando o conflito acabou, o contexto era de deslocamento em massa (pessoas e famílias que se deslocaram dentro do território para fugir dos atos genocidas), emigração (dos perpetradores do genocídio e outros *hutu* com medo de represálias) e imigração (da elite *tutsi* voltando para o país). Entretanto, poucas mulheres engajaram na violência, sendo menos de 9% dos julgados por genocídio. Isso fez com que o êxodo do país após o conflito fosse majoritariamente masculino. Este fato aumentou o número de famílias chefiadas por mulheres em Ruanda, o que fez com que elas formassem organizações de base e assumissem novos papéis na casa e nas comunidades (BERRY, 2018).

As mulheres foram reconhecidas como vítimas do genocídio em geral e não perpetradoras, o que aumentou a confiança da comunidade em sua capacidade de governança. Foi desenvolvido assim, o discurso de que as mulheres foram passivas durante o Genocídio, as que mais sofreram também, devido ao fato do estupro ter sido amplamente utilizado como arma de guerra e neste caso, de apagamento étnico. Assim, pelo entendimento de que as mulheres seriam seres naturalmente cuidadores e pacíficos, elas também seriam melhores governantes que os homens. Conforme esquematizado por Berry:

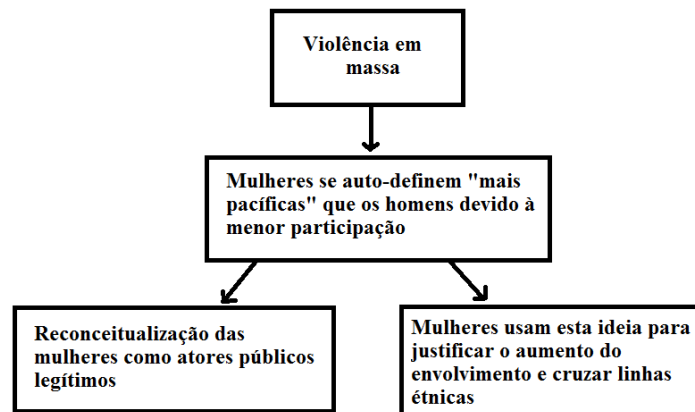


Figura 3.3 Mudanças culturais após a violência em massa em Ruanda

O esquema também mostra que a pauta de gênero foi utilizada para cruzar linhas étnicas. Todas as mulheres eram percebidas como vítimas e sobreviventes, diferentemente dos homens *hutu* responsabilizados como perpetradores. Movimentos de mulheres que enfatizam as diferenças entre homens e mulheres são mais pró-inclusão e união de diferentes etnias, o que faz desse discurso muito poderoso em contextos pós-guerra. (BERRY, 2018). Este discurso em conjunto com a criminalização da diferenciação étnica após o genocídio contribuiu para o apagamento das etnias. O novo governo se preocupou em estabelecer um sentimento de união entre os ruandeses, dessa forma proibiu que se perguntasse a um cidadão ruandês qual sua etnia. As organizações de mulheres com pautas urgentes para o reestabelecimento da vida destas mulheres, assim como de toda a sociedade, acabaram superando as diferenças étnicas e fortalecendo a união da sociedade civil.

Assim, as organizações de mulheres ganharam bastante espaço e voz dentro deste governo de transição que estava preparando a nova legislação do país. Inspirada em negociações firmadas durante os Acordos de Arusha de 1993, visando unir a população e construir uma "Nova Ruanda Unida", foi proposta uma nova Constituição que foi aprovada por referendo em 2003. A Constituição de 2003 foi amplamente influenciada pelas organizações de mulheres que conseguiram mudanças estruturais profundas para as ruandesas, sendo as principais a Lei de Heranças, que concedeu os mesmos direitos de propriedade para homens e mulheres, e as cotas de representação política de 30% de mulheres em todos os níveis de governo. Um trabalho mais extenso e aprofundado poderia explorar a participação feminina em todos os níveis de governo, apesar das cotas de gênero constitucionalmente serem previstas para todos os níveis, não é esta a realidade. O presente trabalho buscará se ater aos resultados na Câmara de Deputados, já que é o mais ilustrativo deste processo, por tornar Ruanda o país com maior porcentagem de mulheres no parlamento no mundo todo.

As primeiras eleições parlamentares foram conduzidas em 2003, elegendo 80 deputados por dois métodos: 53 cadeiras eleitas diretamente por meio de representação proporcional, e as outras 27 cadeiras, eleitas de forma indireta por conselhos locais e nacionais, incluindo 24 assentos reservados para mulheres (separadas por região: seis das províncias Leste, Sul e Oeste, quatro da província Norte e duas da capital Kigali), dois reservados para representantes da juventude e um para representante de pessoas com deficiência. Nesta primeira eleição após o conflito, graças às cotas de gênero o número de mulheres na câmara alavancou, chegando a 48.8%, substituindo a Suécia do topo do ranking de participação feminina na política. Porque então o país não é considerado referência mundial, diferentemente dos países europeus que tem números inferiores ao país africano? Para entender, o trabalho analisará as contradições da sociedade ruandesa por meio da compreensão de outras estruturas de opressões que permeiam as vidas das mulheres no país.

2.4 Dinâmicas políticas, direitos das mulheres e interseccionalidades na Ruanda contemporânea

Desde 2003, Ruanda permanece líder nos rankings de inclusão feminina na política devido aos números de mulheres eleitas no parlamento, mas elas estão também em outros níveis de governo, como nos ministérios nomeados pelo Presidente Paul Kagame. Os resultados das eleições parlamentares desde 2003 mostrando a porcentagem de mulheres na Câmara de Deputados estão expostos na tabela abaixo. Observa-se que o parlamento ruandês, desde 2008, tem sido composto majoritariamente por mulheres.

Eleição/Ano	% de Mulheres no Parlamento
2003	48.8
2008	56.3
2013	63.8
2018	61.2

Fontes: gov.rw

Entretanto, cabe avaliar se a participação feminina na política ruandesa é acompanhada pela sua representatividade e diversidade interseccional. Em relação à etnia, observa-se a predominância da etnia *tutsi*. Apesar de ser proibido interrogar sobre a etnia da

população, Berry faz a dedução por meio do papel em que o indivíduo esteve durante o genocídio, sendo perpetradores, *hutu*; e sobreviventes e os que retornaram após o genocídio, *tutsi*. A elite política é majoritariamente composta por *tutsi* que retornaram ao país durante o período de reconstrução, e por isso também, falam inglês (muitos estavam refugiados em Uganda e outros países anglófonos como Estados Unidos e Reino Unido) e são de classe alta.

Do ponto de vista do alinhamento político, a maioria dos assentos no parlamento é da FPR. O restante, é composto em grande parte pelos assentos eleitos indiretamente e reservados às cotas de gênero. Tendo como base a forma como votam, são de alinhamento ao governo da FPR. Desde 2003, a única vitória de uma pauta de direitos das mulheres atingidas pelas deputadas ruandesas foi, segundo Berry, aprovar uma lei contra a violência doméstica em 2009. No geral as deputadas devem votar em acordo com a RPF e ajudar a manter a legitimidade do governo. Ao adentrar às carreiras políticas, as mulheres também esvaziam as organizações sociais de suas líderes mais experientes.

No Poder Executivo, apesar dos números positivos de mulheres em diversos níveis de governo, do mercado, e de organizações da sociedade, o cargo máximo do país, no qual, segundo Marie Berry e outros pesquisadores da política ruandesa, o poder decisório está concentrado, tem permanecido ocupado por Paul Kagame. Conforme apresentado na segunda seção, Kagame já participava do governo desde o fim do genocídio, sendo vice de Bizimungu no período de transição. Pasteur Bizimungu era o Presidente, mas muitos o acusavam de ser um fantoche de Kagame, que detinha o poder real. Um fato que colabora para esta interpretação, é o de que Kagame começou a discordar publicamente e questionar o então presidente, acusando-o de corrupção, até que ele renunciou ao mandato em 2000, deixando o cargo para Kagame. A primeira eleição presidencial após o Genocídio de 1994 foi instituída pela Constituição de 2003, ocorrendo neste mesmo ano, prevendo mandatos de 7 anos com possibilidade de uma reeleição. Na eleição de 2010, Victoire Ingabire, mulher *hutu* líder da *Unified Democratic Forces*, ou Forças Democráticas Unificadas (UDF, na sigla em inglês), uma coalizão de grupos de oposição ao governo da FPR formado por ruandeses exilados em outros países, se candidatou à corrida presidencial contra Paul Kagame, entretanto ela foi presa assim que entrou em solo ruandês para promover sua campanha. Ela foi presa sob acusação de terrorismo e incitação à insurreição contra o governo, permanecendo presa até 2018. Dessa forma, Kagame foi reeleito com 93.8% dos votos.

Em 2017 ele não poderia ser reeleito de acordo com a Constituição do país, entretanto promoveu um referendo em 2015 para modificar esta lei, que foi aprovado. Assim, em 2017

outra mulher tentou concorrer à presidência do país, Diane Shima Rwigara. Diane é *tutsi*, filha de um ex-integrante da FPR, que acusa o governo de ter assassinado o seu pai por ter tido discordâncias políticas com o partido. Ao iniciar sua campanha, ela também foi presa, assim como sua mãe e irmã, sob as mesmas acusações de Victoire, terrorismo e propagação de discurso divisionista, que buscava retomar os ideários genocidas. Diferentemente da situação de 2010, a prisão de Diane Rwigara gerou comoção e o movimento #FreeDianeRwigara se popularizou, alcançando visibilidade internacional, sendo bastante repercutido e reacendendo muitas dúvidas da comunidade internacional acerca da democracia em Ruanda. Kagame foi reeleito novamente em 2017, mas graças à mobilização, Diane foi solta em 2018, assim como outros presos políticos, incluindo Victoire Ingabire, em uma articulação do governo em busca de abafar os apontamentos do autoritarismo no país. Desde então, Diane segue denunciando vários casos de ruandeses mortos por perseguição política, argumentando que não há mais divisão étnica na escolha destas vítimas, os perseguidos são qualquer um que se posicionar contra ou questionar o governo da FPR e suas articulações para a manutenção do poder.

Segundo Marie Berry, as reformas que incluíram as mulheres no governo foram usadas instrumentalmente para encobrir políticas nefastas sob um disfarce progressista. Ela também aponta que o poder político das mulheres foi usado para distrair os doadores internacionais dos abusos contra os direitos humanos conduzidos pelo governo autoritário da FPR. A alta porcentagem de mulheres no parlamento é provavelmente parte de uma estratégia maior destinada a tirar a atenção do fato de que os *tutsi* são um número esmagador no governo, e para ganhar elogios da comunidade internacional, e não um esforço real para avançar no poder e liberdade das mulheres. A atitude do governo acabou servindo a ele mesmo de forma infame, a promoção dos direitos das mulheres distraiu a atenção da dominação do regime por um pequeno grupo de *tutsi* anglófonos de elite que ativamente suprimiram qualquer forma de dissidência. (BERRY, 2018).

Por fim, Berry também aponta a questão de que apesar dos assentos reservados no Parlamento serem divididos por regiões a serem representadas de uma forma descentralizada, ela denuncia que muitas vezes as mulheres que ocupam estes assentos são de áreas urbanas e desconhecem os dilemas e necessidades das áreas às quais representam. Em relação à posição cumprida por essas mulheres no conflito armado, a comunidade internacional quer compensar a omissão de 1994 ajudando a empoderar as mulheres ruandesas, e se consolida a imagem da mulher pacífica, vítima, sobrevivente, resistente e boa governante. J. AnnTickner diz que esse

discurso desempodera tanto as mulheres quanto a paz, “deslegitimando suas vozes no mundo da foreign policy making”:

(...), se formos procurar por mulheres trabalhando em “esferas de mulheres,” como grupos de paz, isto apenas reforça os limites construídos socialmente entre atividades diferentemente consideradas apropriadas para homens e mulheres; além disso, contribui para a afirmação falsa de que mulheres são mais pacíficas que os homens, uma afirmação que desempodera ambas as mulheres e a paz. Apesar de as feministas ouvirem frequentemente que estão implicando que mulheres são mais pacíficas que os homens, muitas são na verdade bastante desconfiadas desta associação das mulheres com a paz. Além de ser derivada de uma posição essencializada sobre a “natureza” da mulher, à qual a maioria das feministas contemporâneas não aderem, esta associação tende a rotular as mulheres como ingênuas e pouco realistas, assim deslegitimando suas vozes no mundo da produção de política externa (Sylvester, 1987; Elshtain, 1990). (TICKNER, 1997)

Do ponto de vista socioeconômico, as mulheres hutu, pobres de áreas rurais ainda enfrentam diversas opressões como violência física e sexual, pobreza, e perseguição do governo especialmente estando em oposição política. Jennie E. Burnet aponta que existe uma carga positiva muito grande na inclusão feminina na política e Ruanda, pois ela mudou profundamente as limitações dos papéis de gênero no país. As mulheres passaram a ocupar esferas da sociedade que nunca antes haviam ocupado, como palestrantes públicas, líderes comunitárias, proprietárias de terras, donas de estabelecimentos comerciais, construtoras civis, etc., e que este fato já é um grande avanço na inclusão das ruandesas na política, que será facilmente assimilada quando o país superar seu caráter autoritário, estabelecendo uma democracia plena (BURNET, 2008).

De forma sintética, na tabela abaixo estipulam-se as interseccionalidades que permeiam a representação política no país. Com base nas fontes secundárias consultadas, as marcas em amarelo sugerem categorias predominantes de pertencimento das mulheres representantes no Parlamento ruandês. Para o desenvolvimento de uma pesquisa mais completa, seria fundamental um estudo empírico que mapeasse as intersecções de identidades de cada uma das deputadas, entretanto esse esforço foge do escopo e condições de acesso deste trabalho. Assim, aqui serão utilizadas as fontes secundárias que consistem em extensas pesquisas de campo conduzidas por Marie Berry e Jennie Burnet para apresentar esta hipótese, sendo assim possível traçar a seguinte configuração esquemática. A concentração

em poucos tipos de mulheres, sobretudo vinculadas a uma elite política, econômica e social predominante após o genocídio, geram questionamentos sobre a real representatividade feminina neste país.

Gênero	Etnia	Papel no Conflito	Classe Nacional	Classe Internacional	Alinhamento Político	Filiação Partidária	Região	Região Representada
Masculino	Tutsi	Sobrevivente	Renda Alta	Anglófonos	Governo	FPR	Urbana	Concentração Kigali
Feminino	Hutu	Mulher hutu	Renda Média	Francófonos	Oposição	Outros aliados FPR	Rural	Desconcentração
	Twa	Retornou após 1994	Renda Baixa			Outros não aliados		
		Perpetrador				Cotas		

Se o objetivo da democracia representativa é de fato, representar a totalidade da população, é importante que os mais diversos segmentos desta população ocupem o espaço político. Para que isso acontecesse, não deveria haver uma disparidade grande o suficiente para preencher um único campo em amarelo. Todos estes segmentos deveriam ser representados, assim como ainda existem muitos outros na sociedade ruandesa que também poderia integrar esta tabela, o que infelizmente não cabe nos limites deste artigo, mas pode ser explorado em outros trabalhos. Certamente, se outras pesquisas similares forem feitas tendo por base outros Estados, serão muito raros os casos onde realmente existe uma representação fiel da classe política em relação à população, mas aqueles que mais se aproximam deste objetivo são em geral, democracias mais fortes. A tarefa, portanto, é nítida. Devemos parar e repensar o uso de estatísticas nacionais legislativas como imagem de empoderamento das mulheres. Também devemos olhar criticamente além da política formal para um entendimento melhor das relações de poder de gênero. (BERRY, 2018).

2.5 Considerações finais

A interseccionalidade pode ser uma ferramenta para manter as questões identitárias, muitas vezes hoje entendidas como pós-modernas, junto da análise estrutural de opressões. A classe, a raça e o gênero são estruturas da sociedade que se constituem mutuamente e, portanto, são indissociáveis em uma análise mais complexa das desigualdades (BIROLI E MIGUEL, 2015). Associar a interseccionalidade ao materialismo histórico também pode contribuir para a expansão do próprio pensamento marxista, conforme feito na obra de Silvia Federici, “Calibã e a Bruxa”.

Ruanda é um caso onde isso está ilustrado. Ao analisarmos o contexto histórico de colonialismo, genocídio e reconstrução do Estado, utilizando lentes de etnia, gênero, classe,

região, podemos entender as complexidades e os limites de um país que à primeira vista é modelo de desenvolvimento e inclusão. Ruanda apesar de atingir números incomparáveis de mulheres na política, deve este fato ao seu contexto histórico específico de violência e conflitos, que abrem uma janela de mudança estrutural muito rápida (BERRY, 2018). Ao fim do genocídio de 1994 o Estado precisava ser reconstruído completamente. Uma parte da população *hutu*, em sua maioria homens, fugiu do país com medo de vingança e muitos outros foram presos. No sentido contrário, muitos *tutsi* que estavam exilados por décadas, uma elite anglófona, retornou encontrando renovado espaço na sociedade e no governo da RPF.

A Constituição de 2003 mudou completamente a perspectiva sobre as mulheres no país. A nova lei de heranças as transformou pela primeira vez em proprietárias, e foram instauradas cotas de 30% para mulheres em todos os níveis de governo, numa forte campanha para a participação política das mulheres. Entretanto, as cotas classificam as mulheres por região representada. Estas mulheres não são eleitas por nenhum partido (havendo denúncias de mulheres que representam regiões onde nunca conviveram, geralmente mulheres de áreas urbanas representando áreas rurais), que historicamente têm votado em apoio ao governo da RPF. Todos estes eventos são fundamentais para entender a complexidade atual da política ruandesa, pois os direitos foram instaurados “de cima para baixo”.

Existiram muitos movimentos de mulheres na sociedade civil, mas que surgiram da necessidade de prover insumos básicos para suas famílias e para os órfãos e também para superarem juntas os traumas vivenciados no genocídio (estupro foi uma realidade não só para mulheres *tutsi*, mas também *hutu*, sendo a primeira vez em que casos de estupro foram julgados como crime de guerra no Tribunal Penal Internacional). Entretanto, ao adentrar às carreiras políticas, as mulheres esvaziaram as organizações sociais de suas líderes mais experientes. A comunidade internacional quer compensar a omissão de 1994 ajudando a empoderar as mulheres ruandesas, mas importando modelos de inserção das mulheres no mercado de trabalho, confere às mulheres a dupla jornada de trabalho e ajuda a consolidar a imagem da mulher como pacífica, vítima, sobrevivente, resistente, cuidadora e boa governante (BERRY, 2018). Ao colocar os homens (principalmente os *hutu*, mas também de forma geral) como responsáveis pela guerra, o gênero se tornou uma ferramenta que apaga as diferenças étnicas visando unir o maior segmento da população (a maioria feminina) sob a égide da RPF.

Desde 2003, as únicas vitórias de pautas de direitos das mulheres atingidas pelas ruandesas foram se tornar o primeiro país a ter mais mulheres do que homens eleitos para a

câmara de deputados em 2008 e uma lei contra a violência doméstica em 2009. No geral as deputadas votam em acordo com a RPF e ajudar a manter a legitimidade do governo não necessariamente representativo de políticas inclusivas. Ao analisar pela perspectiva interseccional, podemos compreender que as mulheres que assumiram os cargos políticos foram em sua maioria mulheres *tutsi* de elite anglófona, retornadas a Ruanda após o genocídio, ou também mulheres *tutsi* sobreviventes de elite das áreas urbanas. Já na presidência onde o poder efetivo está concentrado, Paul Kagame, um dos membros fundadores da RPF, que se mantém o principal articulador da política nacional desde 1994 e eleito invicto desde 2000.

Duas mulheres tentaram concorrer contra a hegemonia política de Kagame. Em 2010, Victoire Ingabire, *hutu* refugiada, foi detida assim que entrou no país para começar sua campanha, permanecendo presa até 2018. Diane Shima Rwigara, *tutsi* filha de um ex-membro da RPF, que acusa o governo de ter matado seu pai, foi detida em 2017 durante o período eleitoral para que não pudesse concorrer. Atualmente, Rwigara está em liberdade devido à repercussão do movimento #freedianerwigara e mantém as denúncias de cidadãos ruandeses mortos pelo Estado devido à perseguição política e ao autoritarismo. Jennie E. Burnet afirma que a inclusão das mulheres na estrutura política do país, desde a base até o topo, tem um potencial como nenhum outro no mundo de desenvolver uma democracia com equidade de gênero quando o autoritarismo e as perseguições políticas em Ruanda forem superados. Dado o constante apoio político e econômico de potências ocidentais, sobretudo os EUA, ao governo de Kagame, a despeito das rupturas democráticas internas e da política regional de agressão contra países vizinhos e grupos *hutu* além fronteira, essa promessa ainda está longe de ser cumprida.

3 CONCLUSÃO GERAL

Este trabalho buscou expor a importância da análise interseccional juntamente com outras teorias críticas nas Relações Internacionais, especificamente a teoria feminista e o materialismo histórico, como forma mais complexa de interpretação da realidade e dos fenômenos políticos e sociais, especialmente em países do terceiro mundo e da África. Buscou-se com o caso de Ruanda, o único país do mundo a ter maioria feminina na Câmara de Deputados, expor que os estudos de gênero ganham uma profundidade muito maior quando associados a outras perspectivas de opressões, pois desta forma, muitas mulheres mais serão contempladas por esta análise.

A interseccionalidade surgiu como uma demanda de mulheres negras para que o feminismo parasse de interpretar algumas questões de opressões das mulheres como universais e passasse a ouvir também suas demandas específicas. A interseccionalidade, como aponta Patrícia Hill Collins, ainda não é uma área de estudos fechada, definida. Ela é interpretada de formas diversas, mas com a ideia central de que as opressões não se acumulam de forma somatória, mas interligada. Uma mulher negra, por exemplo, não sofre machismo + racismo, mas sim, opressões específicas de sua vivência enquanto mulher negra, que provém de raízes machistas (mas não é o mesmo tipo de machismo sofrido pelas mulheres brancas) e racistas (que também é diferente do racismo sofrido pelo homem negro). Nesta perspectiva, Sojourner Truth, ex-escrava, com o seu discurso "*Ain't I a Woman*", proferido na *Women's Convention* em Akron, Ohio, em 1851, foi uma das precursoras do pensamento interseccional. Em seu discurso ela questiona se ela não é uma mulher, já que os privilégios de mulheres brancas não se estendiam a ela. Truth também expõe o fato de ter parido 13 filhos, vendidos para a escravidão, fato não vivenciado pelos homens negros. Para que a perspectiva das mulheres negras fosse considerada, foi necessário o desenvolvimento do Feminismo Negro, que criticou a forma como o feminismo ocidental tentava universalizar as pautas de mulheres brancas.

A reflexão pode ser aplicada à análise feminista sobre Ruanda. Nem mesmo o feminismo negro norte-americano é capaz de explicar todas as especificidades vividas pelas mulheres africanas em África. Para isso é necessário analisar o contexto exato em que estas mulheres estão inseridas. Quais são as mulheres que chegaram ao poder? Como elas chegaram lá? Quais não chegaram? Elas conseguem pautar os direitos das mulheres ruandesas? daquelas que são diferentes delas? Das mulheres pobres? Das mulheres de áreas rurais? Ou mesmo delas próprias? De qualquer forma, a inserção de grande parcela das

mulheres na política, como é o caso de Ruanda, sempre é positivo no sentido da representatividade simbólica. Hoje no país, existem muito menos barreiras para as mulheres atingirem qualquer profissão que desejarem, mesmo aquelas anteriormente compreendidas como trabalhos de homens. As meninas ruandesas sonham com perspectivas muito diferentes das suas mães e avós, que eram em maioria criadas para o casamento e o serviço doméstico e do campo (permanecer no espaço privado). Hoje elas são incentivadas a buscar uma carreira e ocuparem os espaços públicos, tanto no mercado de trabalho quanto no governo e organizações sociais.

Apesar destes dados positivos, o trabalho concluiu que eles ainda não são uma realidade para todas as mulheres ruandesas, as mulheres que conseguem acessar as cotas de gênero e os cargos políticos em geral tem uma etnia, classe, região, articulação política. São *tutsi*, em sua maioria de uma elite que voltou para o país após o genocídio, e por isso anglófonas, partidárias ou aliadas à FPR. As mulheres que não se encaixam em uma ou mais destas intersecções acabam ficando sem a perspectiva de inclusão que as que se encaixam em todas elas. Dessa forma, não é possível afirmar que há a inclusão das mulheres na política do país, mas de um nicho muito específico e limitado. Esta conclusão tem muito a contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas para a igualdade de gênero que sejam realmente efetivas para a totalidade das mulheres.

Estudar um país africano a partir de uma Universidade Federal brasileira não é matéria fácil. Isto, porque muitas vezes este será o primeiro contato do(a) pesquisador(a) com o continente africano, o que é uma realidade deprimente para um país que tem a maioria da população descendente de africanos. Devido a estruturas racistas e coloniais que permanecem no país, a grade curricular das escolas prioriza o ensino da história, política e cultura ocidental europeia pela própria perspectiva dos colonizadores, exaltando suas façanhas. A falta de negros e negras nas universidades tem perpetrado este apagamento da história de muitos brasileiros, realidade que tem iniciado um processo de mudança a partir da política de cotas e ações afirmativas raciais nas universidades.

Outro empecilho contextual são os constantes ataques à educação pública de qualidade que os acadêmicos brasileiros têm enfrentado, assim como estudantes de outros países terceiromundistas ameaçados por governos conservadores, de caráter paradoxalmente profascista e neoliberal. Estes governos a serviço do capital e das elites tradicionais locais e internacionais, não tem interesse algum na expansão e pluralidade de pensamento, buscando manter a população alienada de seus direitos e principalmente da sua capacidade

revolucionária de mudança sistêmica. Buscando manter o *status quo*, atacam às universidades e escolas públicas de ensino básico com cortes de investimentos, que precarizam e dificultam ainda mais a produção de conhecimento no Sul global, fisicamente pela falta de estrutura e incentivo financeiro; e psicologicamente, desmoralizando e desmotivando os pesquisadores a permanecerem na carreira.

Os obstáculos apontados acima dificultam o acesso a produção acadêmica sobre África em língua portuguesa. Em inglês, as informações são muito mais fáceis devido ao alto investimento em pesquisa e nos pesquisadores em países do Norte. Este investimento foi o que possibilitou às autoras utilizadas como fonte do artigo promoverem extensas pesquisas de campo em outro país, por anos, acompanhando os processos de reconstrução, organização de mulheres, entrevistando deputadas, líderes da sociedade civil, de organizações sociais. Dessa forma, a presente monografia acaba encontrando muitas dificuldades para dar respostas precisas à indagação proposta, acabando por repetir e meramente expor o trabalho produzido por pesquisadoras do Norte. Entretanto, a sistematização deste material em língua portuguesa, aliado ao aporte teórico apresentado – que tenta expor e problematizar a estrutura de múltiplas opressões em que Ruanda, Brasil e muitos outros países estão inseridos – já é uma contribuição para a democratização do conhecimento acerca do país africano e da África. Estudar esse continente tão entrelaçado com a história das Américas, que tem dinâmicas similares derivadas da colonização, da exploração capitalista e do neoliberalismo, mas também carrega cultura rica e diversa, é fundamental para produzir conhecimento que procure desenvolver alternativas emancipatórias conjuntas.

Ruanda, apesar de ser um país muito pequeno, é uma fonte inesgotável de pesquisa. A riqueza cultural, os processos intensos e revolucionários pelo qual o país, e principalmente, a população ruandesa passou, as grandes mudanças e articulações políticas, os extremismos que muitas vezes são apresentados como incompreensíveis, que chocaram o mundo e expuseram o racismo da comunidade internacional, a reconstrução consideravelmente rápida do país, a inclusão das mulheres neste processo e no governo, as perseguições políticas nas últimas eleições, e muitos outros aspectos inquietantes da história do país abrem espaço para inúmeras propostas de pesquisa e produção de conhecimento. Abaixo serão apresentadas algumas perspectivas de continuidade da pesquisa que surgiram durante o desenvolvimento desse trabalho.

A perspectiva crítica do internacionalismo feminista, proposto por Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser em "Feminismo para os 99%" é interessante no caso

ruandês, pois dialoga com esta perspectiva de se preocupar com múltiplas opressões de forma interseccional e mostra que tanto a colonização por meio da cultura quanto por meios econômicos e políticos, impactam de formas diferentes sobre os corpos masculinos e femininos. Feministas anticapitalistas também têm trazido a interseccionalidade como algo muito importante para entender as relações de opressão. Mas não necessariamente o feminismo interseccional será anticapitalista, pois o sistema capitalista, por meio do feminismo liberal aprendeu a se apropriar de suas pautas, das questões de identidades, alienando-as da luta de classes e individualizando-as, promovendo a ideia de um "capitalismo humanizado" que seria livre destas opressões de gênero, raça, sexualidade, entre outras, mas sem questionar a desigualdade social de classe, promovendo discursos meritocráticos falsos de que é possível para todos atingir o topo desse sistema, independentemente de cor, gênero, sexualidade, etc.

Existe também um debate que tem muito a contribuir para o tema, que infelizmente não coube nos limites desta monografia, que é a definição de Mervat Hatem de "Feminismo de Estado". Atualmente, muitas pesquisadoras pós-coloniais estão explorando e construindo o entendimento deste conceito. Em seus trabalhos, elas têm encontrado padrões onde muitos governos têm tomado a frente para promover a igualdade de gênero e os direitos das mulheres, como é também o caso de Ruanda. Entretanto, as mudanças ocorrem algumas vezes de forma superficial, ou para a autopromoção do próprio governo. Esta definição é na verdade muito mais ampla e complexa do que o exposto aqui, rendendo muitos horizontes de pesquisa interessantes, por isso a necessidade de lembrar deste debate.

Outra proposta de pesquisa explorando o caso ruandês que seria fundamental para a compreensão das dinâmicas entre as ruandesas, é uma análise mais aprofundada na construção das identidades de raça e etnia e feminilidade. Existem muitas lendas e história oral no país que desenvolvem um imaginário de força e beleza relacionada às mulheres *tutsi*, que foi muito explorado pela rádio RTLM durante o período de prevalência do discurso genocida, sendo feita uma cartilha que recomendava aos homens *hutu* manter sua honra casando-se com uma mulher *hutu*, que buscava modificar uma noção anterior de que o casamento com uma mulher *tutsi* seria uma forma de ascensão social a ser procurada. Esta proposta de pesquisa dentro de uma perspectiva de gênero, etnia e classe pode ser muito enriquecedora para fortalecer os argumentos deste trabalho e interpretar a sociedade e política ruandesa.

Finalmente uma última proposta de pesquisa que é fundamental, é a produção de conhecimento acerca da etnia *twa*. A literatura sobre Ruanda, mesmo em língua inglesa,

geralmente ignora completamente essa etnia que representa em torno de 1% da população, o que torna praticamente impossível incluir este debate nos limites deste artigo. Este fato é lamentável, visto que a inclusão dos estudos dos povos indígenas é fundamental num trabalho que propõe abordar a interseccionalidade. É justamente por serem um povo indígena que tem uma ligação forte com a natureza, principalmente com a floresta, abdicando dos valores ocidentais e capitalistas de desenvolvimento, que eles têm sua perspectiva, sua história e sua narrativa apagados, bem como seus direitos constantemente atacados pela expansão do neoliberalismo exploratório dos recursos naturais. Mesmo assim, eles são parte fundamental da sociedade e muito presentes na cultura, arte e literatura ruandesa.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla “Interseccionalidade” Coleção Feminismos Plurais, Pólen, Sueli Carneiro, São Paulo, 2019.

BERRY, Marie E. “War, Women and Power: From Violence to Mobilization in Rwanda and Bosnia-Herzegovin. University of Denver, 2018

BIROLI, Flávia e MIGUEL, Luiz F. “Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades” Dossiê - Desigualdades e Interseccionalidades, 2015.

BIROLI, Flávia e MIGUEL, Luiz F. “Feminismo e Política”, Boitempo, São Paulo, 2014.

BURNET, Jennie E. “Gender Balance and the Meanings of Women in Governance in Post-Genocide Rwanda” Georgia State University, 2008.

COHN, Carol. “Sex and Death in the Rational World of Defense Intellectuals”, Signs, Vol. 12, No. 4, Within and Without: Women, Gender, and Theory, University of Chicago Press 1987.

COLLINS, Patricia H; “Intersectionality’s Definitional Dilemmas” University of Maryland, 2015.

DE DAVID, Thomas D; DA SILVA, Maria Beatriz de O. “Marxismo, Direito e Relações Internacionais” Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2019.

DA SILVA, Igor Castellano; “Congo - a Guerra Mundial Africana: Conflitos Armados, Construção do Estado e Alternativas para a Paz”, Editora Leitura XXI/ CEBRAFRICA, Porto Alegre, RS, 2012.

HOOKS, bell; “Feminist Theory, From Margin to Center” by Routledge 711 Third Avenue, New York, NY, First published 2015.

OKECH, Awino; “Gender and state-building conversations: the discursive production of gender identity in Kenya and Rwanda” Conflict, Security & Development, Centre for Gender Studies, School of Oriental and African Studies, London, UK, 2019.

OYEWUMI, Oyeronke. “Conceituando o Gênero: os Fundamentos Eurocêtricos dos Conceitos Feministas e o Desafio das Epistemologias Africanas” CODESRIA Gender Series, Dakar, 2004.